

Grupo estuda volta de religião para as escolas

GDF dá prazo e aulas podem recomeçar já este ano

Roberto Rodrigues/GDF

Lia Kunzler

As velhas aulas de religião, que assustavam os estudantes principalmente aos sábados, podem voltar a fazer parte do currículo escolar obrigatório. Os secretários de Educação, José Valente, e de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Raimundo Ribeiro, assinaram, na tarde de ontem, uma portaria que define um grupo que estudará maneiras de institucionalizar essa disciplina nas escolas públicas.

Atualmente alguns centros de ensino do GDF já possuem a disciplina Religião. Esse tipo de estudo já é permitido, e facultativo, pelo artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil.

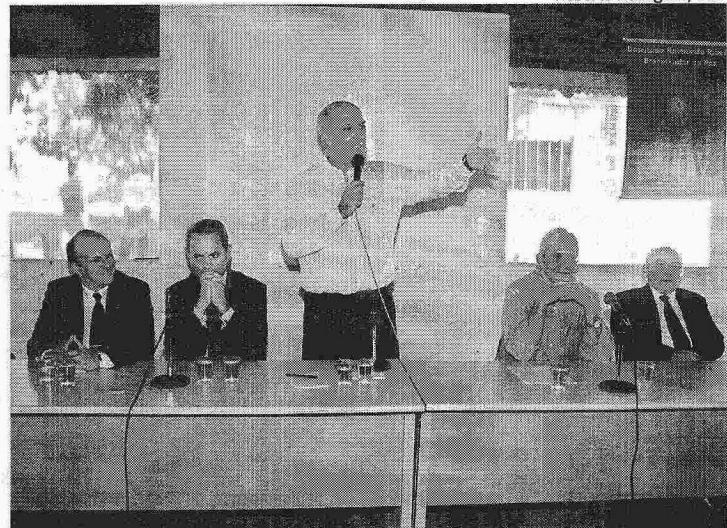
No entanto atualmente não há nenhuma regra sobre como a disciplina deve ser dada, o que pode gerar exageros na hora de discutir certas religiões. Isso será levado em conta, promete o GDF.

— A intenção é organizar, institucionalizar o ensino nas escolas. Hoje não há regras, o que abre espaço para que haja desrespeito ao que deve ser de fato ensinado — disse o secretário Valente.

Segundo o governador José Roberto Arruda, o importante é levar mais humanidade às escolas. O estudo de religiões abordaria também assuntos como cidadania, tentando amenizar problemas sociais como a criminalidade entre os jovens brasilienses.

Código de ação indefinido

Mesmo com a assinatura da portaria na tarde de ontem, a forma como a disciplina será aproveitada ainda está muito indefinida. Um



ARRUDA CRIA GRUPO — Importante é levar mais humanidade a escolas

Pela legislação, esse ensino é permitido, mas facultativo, sem regras claras

dos pontos que já está certo é a formação da equipe responsável pela tarefa.

Serão 14 pessoas. Quatro delas são chamados de membros natos e têm cargo cativo. São elas: o subsecretário de Direitos Humanos, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, o subsecretário de Planejamento e Inspeção de Ensino, o subsecretário de Educação Básica, e a diretora da Escola de Aperfeiçoamento. Esses três últimos da Secretaria de Educação.

Os outros dez membros são pes-

soas indicadas pelas secretarias de Justiça, Educação, de Governo e da Vice-governadoria.

Prazo de 60 dias

A equipe nomeada ontem terá 60 dias para decidir como o assunto será incluído no currículo e as aulas já podem começar a ser implementadas até esse ano. Os representantes das religiões que compareceram ontem à assinatura foram convidados a participar da formulação do conteúdo que será ministrado nas salas de aula.

— Não será necessário que os próprios representantes das entidades façam as palestras ou aulas. Acho possível que um professor seja isento e ministre as aulas com respeito. O mais importante é que essa possibilidade de escolha do aluno seja mantida — opinou o monge Ademar Shojo Sato, do Templo Budista de Brasília.